Judiciário Notícias

Edição março/abril de 2010 - www.tjce.jus.br- imprensa@tjce.jus.br

Iraiilton Menezes/TJCE

Virtualização da Justiça cearense

O Projeto de Virtualização do Poder Judiciário cearense, que trará mais celeridade processual, já está em andamento. Os trabalhos começaram no setor administrativo do Tribunal de Justiça e nas varas do Fórum Clóvis Beviláqua. Grupos gestores, formados por magistrados, conduzem a implantação do processo. Os procedimentos administrativos estão sendo mapeados e servidores treinados para o efetivo uso da nova ferramenta. Pág. 6 e 7

Órgãos Julgadores

5ª e 6ª Câmaras Cíveis, instaladas este ano, contribuem para maior número de julgamentos

Pág. 3

Celeridade

Grupos de auxílio vão diminuir congestionamento de processos no Judiciário estadual

Pág. 8

Servidores

PCCR é enviado para análise do Poder Executivo

Aprovados em concurso estão sendo nomeados pelo Tribunal de Justiça

Pág. 5

MEMÓRIA

Centro Cultural do Judiciário cearense

O Centro Cultural do Poder Judiciário do Ceará vai preservar a memória da justiça cearense e de seus integrantes, além de contribuir para o exercício da cidadania e para a revitalização do Centro de Fortaleza. O espaço funcionará no antigo Palácio da Justiça, na rua Barão do Rio Branco, 1200.

O projeto foi anunciado pelo presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), desembargador Ernani Barreira Porto, em setembro do ano passado. Um dos objetivos do espaço é resgatar a história cultural e intelectual do jurista cearense Clóvis Beviláqua.

Atualmente, existem memoriais sobre o Judiciário do Ceará espalhados pelo Estado, de forma pontual. A farta documentação encontra-se esparsa por municípios do Interior e no Memorial do Palácio da Justiça em Fortaleza, dedicado a Clóvis Beviláqua. O Centro Cultural unificará algumas dessas raridades na Capital, dando um caráter global para o conhecimento da justiça cearense.

O Centro traz benefícios sociais, culturais e educacionais, entre eles, mostrar o funcionamento da Justiça e contribuir para a revitalização do Centro Histórico da cidade. Além disso, ao aproximar Justiça e população, ajudará na formação da cidadania. Serão firmadas parcerias para incluir o Centro Cultural na rota turística da cidade.

O prédio onde funcionará o espaço tem três pavimentos. Um deles, o superior, será totalmente dedicado a Clóvis Beviláqua. No local será mantido acervo da vida pessoal e profissional do jurista. Também haverá sala para concertos e homenagens e outras para exposição do projeto original do Código Civil elaborado por Clóvis Beviláqua em 1916.

No Centro Cultural, o visitante poderá consultar eletronicamente as obras raras que não podem ser manuseadas. O espaço abrigará auditório para ações educativas, hall da memória jurídica e exposições temporárias e permanentes.

No acesso à rua Senador Pompeu, será construído um mausoléu dedicado ao grande jurista do Estado. O traslado dos restos mortais do jurista e de sua esposa está sendo acordado com a família. Nesse local serão construídos uma praça e estacionamento para ônibus de excursão (escolar ou turística).

Sede do Centro Cultural - Barão do Rio Branco, nº 1200

Mausoléu Clóvis Beviláqua - Senador Pompeu, nº 1227

Divulgação

Pavimento térreo: 1- Auditório/ Ação Educativa; 2- Hall Principal; 3- Hall da Memória Cearense; 4- Exposição Temporária; 5- Exposição Permanente

Pavimento superior: 1- Sala de Concertos e Homenagens; 2- Sala destinada à exposição da obra de Clóvis Beviláqua; 3- Espaço destinado à exposição de fatos sobre a vida de Clóvis Beviláqua; 4- Sala de Vídeo; 5- Pinacoteca; 6- Livros Raros; 7- Consulta Eletrônica

ÓRGÃOS JULGADORES

Instaladas 5ª e 6ª Câmaras Cíveis

O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) instalou mais duas Câmaras Cíveis (5ª e 6ª), elevando para seis o número de unidades julgadoras de processos na área cível, além das Câmaras Cíveis Reunidas. Cada uma delas é integrada por quatro desembargadores, incluindo os respectivos presidentes. Na 6ª Câmara Cível existe uma vaga a ser preenchida.

Irailton Menezes/TJCE

Reunião dos desembargadores integrantes da 6ª Câmara Cível

As duas Câmaras foram criadas pela Resolução nº 01, aprovada na sessão do Pleno do dia 14 de janeiro de 2010, em decorrência da nomeação dos novos desembargadores, conforme dispõe a Lei Estadual nº 14.407, de 15 de junho de 2009. Os primeiros sete desembargadores já foram empossados.

De acordo com dados estatísticos divulgados pela Secretaria da 5ª Câmara, nas três primeiras sessões foram julgados 65 processos (apelações cíveis). Já a 6ª Câmara Cível julgou, nas quatro primeiras sessões ordinárias, 70 apelações cíveis, conforme estatística divulgada. Juntas, as Câmaras julgaram 135 processos.

Na instalação da 5ª Câmara, no dia 3 de fevereiro deste ano, o desembargador Ernani Barreira, presidente do TJCE, afirmou que a criação de mais órgãos julgadores "é a forma ideal para realizar a prestação jurisdicional desejada pela sociedade cearense".

O desembargador Ernani Barreira Porto declarou também que encontra-se inteiramente empenhado em adotar medidas destinadas à redução da taxa de congestionamento nos órgãos judiciários de primeiro e segundo graus.

A 5ª Câmara Cível é presidida pelo desembargador Francisco Gurgel Holanda, tendo como integrantes os desembargadores Francisco Barbosa Filho, Francisco Suenon Bastos Mota e Clécio Aguiar de Magalhães.

A 6ª Câmara Cível, instalada em 27 de janeiro de 2010, é composta pelos desembargadores José Mário Dos Martins Coelho (presidente), Sérgia Maria Mendonça Miranda e Jucid Peixoto do Amaral. A primeira sessão ordinária de julgamento foi realizada no dia 10 de fevereiro.

As duas unidades julgadoras reúnem-se todas as quartas-feiras, a partir das 8h30.

Irailton Menezes/TJCE

Magistrados em trabalho na 5ª Câmara Cível

INTERINIDADE

Juízes atendem convocação para substituir desembargadores

Desde o último dia 12 de janeiro, a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) conta com o titular da 17ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza, juiz Inácio de Alencar Cortez Neto.

Na magistratura desde 1986, ele foi convocado para substituir o desembargador Francisco Haroldo Rodrigues de Albuquerque, atualmente no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

"Eu me senti muito feliz com a escolha e espero retribuir com o máximo de presteza nos julgamentos", afirmou o magistrado.

No período de 7 de janeiro a 11 de março deste ano, passou pelo TJCE o juiz Francisco Martônio Pontes de Vasconcelos, da 3ª Vara da Fazenda Pública, convocado para substituir o desembargador Rômulo Moreira de Deus. Já a titular da 29ª Vara Cível do Fórum Clóvis Beviláqua, Lisete de Sousa Gadelha, substituiu o desembargador Celso Albuquerque Macêdo entre os dias 13 de janeiro e 21 de fevereiro.

Irailton Menezes/TJCE

Juiz Inácio de Alencar Cortez Neto

RECONHECIMENTO

Desembargador Lincoln Tavares completa 40 anos dedicados à magistratura

O desembargador Lincoln Tavares Dantas, integrante da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), completou, no último dia 16 de março, 40 anos dedicados à magistratura cearense.

Ao refletir sobre sua contínua e ininterrupta labuta na aplicação do Direito e da Justiça, Lincoln revela que sua motivação para continuar trabalhando "é a Justiça Suprema que se faz presente em minha vida. É ela que me anima e dá entusiasmo para continuar exercendo as elevadas funções de juiz".

Humilde, sempre soube distinguir a relação entre o poder e o cargo que ocupa. "Compreendi que a altivez de um juiz não se mede pela posição que ocupa, muito menos pela arrogância, prepotência, orgulho e nem pelas explosões de seu temperamento, e sim, pela sua segurança interior que deve tomar a forma de tranquila humildade, sendo esta uma das maneiras de se respeitar o poder que representa".

Entre os colegas desembargadores do TJCE, Lincoln destaca-se como um homem de poucas palavras e muito trabalho. Não é à toa que apresenta uma produtividade expressiva.

Irailton Menezes/TJCE

Des. Lincoln Tavares Dantas afirma que sua missão de vida é a magistratura

Ele julgou, só no Tribunal de Justiça, 5.635 processos. Desse total, foram 4.230 decisões monocráticas e 1.405 colegiadas. Os dados compreendem o intervalo de 20 de novembro de 2006 – data do início da distribuição das ações para o seu gabinete, até fevereiro de 2010, ou seja, três anos e três meses. Neste período, foram distribuídos para o seu gabinete cerca de sete mil processos.

O magistrado tomou posse no Tribunal de Justiça no dia 26 de outubro de 2006. Antes de ser empossado como desembargador, Lincoln foi titular da 1ª Vara de Família do Fórum Clóvis Beviláqua por quase 22 anos, o que lhe rendeu vasta experiência na área de família.

O desembargador foi nomeado Juiz de Direito em 16 de março de 1970 e continuará trabalhando no TJCE até 7 de dezembro de 2011, quando completará 70 anos de idade.

SOLENIDADE

TJCE empossa Jucid Peixoto no cargo de desembargador

O desembargador Jucid Peixoto do Amaral, atual integrante da 6ª Câmara Cível, foi empossado pelo Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) durante sessão do Pleno ocorrido no dia 4 de fevereiro deste ano.

O desembargador foi nomeado, pelo critério de merecimento, no último dia 29 de janeiro. Ele assumiu vaga deixada em decorrência do falecimento, em 3 de dezembro de 2009, do desembargador Wilton Machado Carneiro.

O presidente do TJCE, desembargador Ernani Barreira Porto, fez o discurso de saudação ao novo integrante do colegiado do Poder Judiciário cearense.

Carlos Eugênio/TJCE

Posse do des. Jucid Peixoto no Tribunal Pleno

Com 29 anos dedicados à magistratura cearense, Jucid Peixoto respondeu e auxiliou em 52 comarcas no Interior do Ceará e em 30 varas na Capital.

CONCURSO PÚBLICO

133 servidores são empossados

O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) empossou, até a primeira quinzena do mês de março deste ano, 133 candidatos aprovados no último concurso público. A nomeação e posse dos novos servidores prosseguirá até que sejam preenchidas as 200 vagas oferecidas no certame.

Os empossados, entre eles técnicos, analistas e oficiais de Justiça, estão atuando em Fortaleza e nas Comarcas do Interior do Ceará. Segundo o secretário de Recursos Humanos e Gestão do Fermoju, Ramiro César de Paula Barroso, os novos servidores contribuirão para uma melhor prestação jurisdicional.

"Trata-se de um pessoal altamente preparado que chegou com vontade de trabalhar e que veio suprir algumas carências da Justiça estadual, sobretudo no interior", afirmou.

O concurso público do TJCE, realizado em 2008, foi organizado pelo Centro de Seleção e Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (Cespe/UnB). A homologação ocorreu no dia 13 de agosto de 2009, em sessão do Pleno.

PCCR

Plano é enviado ao Executivo para análise

O Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) dos servidores do Judiciário cearense foi concluído e enviado a técnicos do Poder Executivo para a análise da redação jurídica e do impacto financeiro.

De acordo com o secretário de Recursos Humanos e Gestão do Fermoju, Ramiro César de Paula Barroso, o PCCR atende a um pleito antigo dos servidores e se assemelha ao modelo em vigor na Justiça Federal.

"Após ser implementado, o Plano irá trazer ganhos para os servidores. Haverá motivação para eles produzirem e colaborarem com os projetos do Tribunal de Justiça, principalmente a virtualização do Poder Judiciário", destacou.

O PCCR foi elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), após convênio firmado com o Tribunal de Justiça do Ceará em julho de 2009.

Os técnicos da Fundação examinaram documentos, conversaram com representantes dos servidores e fizeram comparações salariais e de estrutura com outros órgãos do Judiciário brasileiro.

BENEFÍCIO

Convênio entre TJCE e Caixa facilita aquisição da casa própria para servidores

Convênio do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) com a Caixa Econômica Federal, assinado no dia 10 de março deste ano, vai oferecer melhores condições de financiamento para os servidores que pretendem comprar ou construir um imóvel.

De acordo com o presidente do TJCE, desembargador Ernani Barreira Porto, o objetivo é assegurar aos servidores uma convivência familiar mais segura e sólida. "A proposta é contribuir positivamente com a vida ativa do funcionário. Nós somos conscientes do quanto é importante a instituição se preocupar com a realidade do funcionário e, infelizmente, a questão da casa própria ainda se mostra um anseio para muitos", destacou.

As opções de financiamento variam conforme a renda e o tipo de imóvel que se deseja adquirir ou construir. Segundo o superintendente da Caixa Econômica Federal no Ceará, Gotardo Gurgel, os servidores do Poder Judiciário cearense terão taxas diferenciadas e prazos específicos de financiamento, entre outras vantagens. "Além de dar mais condições aos servidores, de todos os níveis salariais, essa iniciativa visa acabar com o mito de que não se pode ter acesso à casa própria", ressaltou.

O superintendente declarou ainda que palestras devem ser realizadas no Tribunal de Justiça para dar mais informações aos servidores.

O presidente do Sindicato dos Oficiais de Justiça do Estado do Ceará (Sincojust), Mauro Xavier de Souza, também destacou a iniciativa. "A administração do presidente Ernani Barreira, com a assinatura do convênio, vem dar visibilidade a esse que é o sonho da maioria dos servidores do Tribunal de Justiça. Agora, esse sonho passa a ser um pouco mais real".

Irailton Menezes/TJCE

Assinatura do convênio entre Tribunal de Justiça e Caixa Econômica Federal

Irailton Menezes/TJCE

Grupo Gestor de 1º Grau, em reunião, define estratégias da virtualização da 1ª Instância

CELERIDADE

Virtualização na Justiça de 1º grau começa a ser implantada em abril

O Projeto de Virtualização do Poder Judiciário, iniciado em março no Fórum Clóvis Beviláqua através das reuniões do Grupo de Trabalho de Sistemas de Gestão Processual de 1º grau, começará a facilitar o trâmite processual já em abril na Comarca de Fortaleza.

A partir desse mês, o peticionamento eletrônico e o sistema virtual de envio de informações para publicação no Diário da Justiça entrarão em funcionamento. As duas novas ferramentas serão as primeiras do Projeto, que prevê a digitalização dos processos, hoje em papel, e a virtualização de todas as etapas do trâmite processual.

O peticionamento eletrônico, ou seja, a petição feita de forma virtual através de sistema acessado via internet, vai beneficiar não só o advogado, que não precisará ir ao Fórum para realizar essa atividade, como também as partes e os servidores das varas. Isso porque o mecanismo vai resultar em maior rapidez e organização. No caso da segunda ferramenta, a mudança vai agilizar o envio de informações das varas, como decisões e intimações, para serem publicadas no Diário da Justiça.

Após a concretização dessas etapas, será a vez das chamadas varas-piloto entrarem na era virtual. São elas: a Vara Única de Execução Penal e Corregedoria de Presídios, as seis Varas de Execuções Fiscais e as nove Varas da Fazenda Pública, que terão os processos digitalizados e os trâmites virtualizados.

Peticionamento eletrônico e envio virtual de informações para publicação no Diário da Justiça serão realidade a partir deste mês de abril.

Prazos

Os treinamentos para capacitar servidores e juízes dessas varas devem começar ainda em abril, como informou o assessor da Secretaria de Tecnologia da Informação (Setin) do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), Gustavo Pereira. A meta é que as varas-piloto estejam com o sistema virtual implantado e funcionando até o fim do primeiro semestre de 2010.

A implantação começou no dia 8 de março, quando os 20 representantes da Comarca de Fortaleza que compõem Grupo de Trabalho de Sistemas de Gestão Processual de 1º Grau passaram a se reunir diariamente no Fórum.

O Grupo, designado pelo presidente do TJCE, desembargador Ernani Barreira Porto, através das Portarias 243 e 244/2010, é formado pelos juízes Durval Aires Filho, Sérgio Luiz Arruda Parente, Washington Luís Bezerra de Araújo, José Tarcílio Souza da Silva e Jacinta Inamar Franco Mota.

Além deles, uma equipe de servidores da área de informática e das varas-piloto trabalha na criação de soluções para a mudança dos fluxos processuais.

Lei

O Projeto de Virtualização da Justiça atende aos requisitos da Lei nº 11.419/06, que dispõe sobre a gestão do processo digital, e foi concebido para operar integrado com órgãos como Ministério Público, Procuradorias e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

INFORMATIZAÇÃO

Virtualização administrativa agilizará trâmite dos processos em até 70%

Mais celeridade, qualidade e segurança no funcionamento da Justiça. Esse será o resultado da virtualização administrativa dos processos internos do Poder Judiciário do Estado do Ceará, iniciada no último dia 8 de março. As atividades começaram no Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) e no Fórum Clóvis Beviláqua.

De acordo com o secretário de Finanças do TJCE, Luís Eduardo Fontenelle Barros, a expectativa é de que a virtualização administrativa reduza o tempo de tramitação dos processos entre 60% e 70% do demandado atualmente. A consequência direta da celeridade deverá ser a maior qualidade dos serviços prestados pelos servidores do Judiciáro.

Outra garantia, conforme o gerente de Relacionamento da Softplan, Alexandre de Souza, é a segurança do processo. Todos os documentos receberão uma assinatura digital e passarão por uma protocoladora digital, máquina com sistema de proteção contra violação.

Em março, a virtualização administrativa começou com a primeira etapa para implantação dos sistemas de Materiais e Almoxarifado, Processos Administrativos e Financeiro e Orçamentário. Técnicos da Softplan, empresa contratada para implantar o processo de virtualização do Judiciário cearense, realizaram o levantamento preliminar sobre o trâmite dos processos nesses setores.

Procedimento começou em março e deverá incluir a informatização de 12 tipos de processos do Poder Judiciário cearense

Ainda em março, os técnicos da Softplan iniciaram a segunda etapa do processo: usar as informações coletadas para ajustar a proposta de sistema informatizado que será usado em cada uma dessas áreas. A partir de abril, está previsto o início das três etapas restantes do processo: discussão da proposta apresentada pela empresa, ajustes finais na proposta e implantação do sistema.

Segundo Luís Eduardo Fontenelle, a implantação de cada um dos sistemas deverá durar cerca de cinco meses, mas o objetivo é encurtar esse prazo. Uma ação que vai colaborar para isso é o mapeamento de todos os processos administrativos do TJCE, desde o momento em que são protocolados. O trabalho foi iniciado também em março, por técnicos da Softplan e servidores do Judiciário.

A partir de abril, terão início os processos de implantação dos sistemas eletrônicos de Recursos Humanos, Patrimônio e Promoção e Designações de Magistrados e Desembolso de Benefícios. Nos meses seguintes, serão implantados os sistemas de Procedimentos de Compras e Licitações; Comunicação com Cartórios Extrajudiciais; Contratos e Medições de Obras; Orçamento de Obras Civis; Veículos; e Folha de Pagamento.

Irailton Menezes/TJCE

Capacitação de servidores para trabalhar com o novo sistema

CELERIDADE

Grupos de auxílio vão reduzir congestionamento de processos

O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) instituiu dois grupos de auxílio para reduzir congestionamento de processos judiciais nas varas de Fortaleza e nas Comarcas do Interior do Estado.

O objetivo é julgar processos que se encontrem aptos para tanto, inclusive na adoção de medidas visando a agilizar os feitos, tais como prolação de despachos, decisões e realizações de audiências. Serão prioridade, as unidades que apresentem maior congestionamento.

O grupo de auxílio à Comarca de Fortaleza é coordenado pelo juiz Francisco Bezerra Cavalcante, titular da 2ª Vara de Família do Fórum Clóvis Beviláqua. O magistrado que coordenará o grupo de auxílio às Comarcas do Interior é Jorge Di Ciero Miranda, juiz auxiliar da 7ª Zona Judiciária, com sede em Sobral. A função jurisdicional será desenvolvida por juízes indicados pelos coordenadores.

Na Capital, os trabalhos começaram no último dia 10 de março na 1ª e na 30ª Varas Cíveis. Cerca de dois mil processos estão sendo analisados por dez juízes auxiliares. Além deles, o grupo conta com 25 servidores, que realizam procedimentos burocráticos.

É meta do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a adoção de mecanismos para minorar o problema do congestionamento de feitos em tramitação no Judiciário brasileiro.

O texto considera "a necessidade de adoção de uma estratégia rápida e eficaz para reduzir o volume de feitos à espera de decisões, até que sejam implementadas medidas de reestruturação do Poder Judiciário cearense".

Os grupos foram criados através da Resolução nº 03, aprovada em sessão do Tribunal Pleno em 4 de fevereiro deste ano e publicada no Diário da Justiça do dia 9 do mesmo mês.

BOA PRÁTICA

1ª Vara de Barbalha realiza inspeções para concessão de salário-maternidade

A realização de inspeções judiciais nos locais onde moram as agricultoras requerentes de salário-maternidade fez o trabalho da 1ª Vara da Comarca de Barbalha ser considerado como uma boa prática do Judiciário cearense pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Lançada em maio de 2009, por iniciativa do juiz Demétrio de Souza Pereira, titular Comarca, a ação teve, a partir de março deste ano, mais um avanço. A sentença passou a ser proferida no local da inspeção nas ocasiões em que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) reconhecer o direito da requerente ao benefício.

Divulgação

Sentença para concessão do benefício, em Barbalha, é proferida no local da inspeção

As inspeções ocorrem todas as quartas-feiras, com a participação do juiz, de dois procuradores do INSS, advogados das partes envolvidas nos processos, um oficial de Justiça e um servidor.

De acordo com o juiz Demétrio de Souza Pereira, a ideia de realizar as inspeções surgiu depois que o número de solicitações de salário-maternidade chegou a cerca de 800. "Isso causou um certo espanto. Gerou suspeita de uma possível fraude".

As audiências são realizadas em locais improvisados, como no meio da rua ou debaixo de árvores. "A gente vai a uma localidade da zona urbana ou rural, junta todo mundo que mora próximo e consegue fazer de 15 a 20 audiências numa manhã", relata o juiz.

Depois do procedimento, os resultados aparecem de forma rápida. O magistrado estima que, ao fim dos processos, de 10% a 15% dos pedidos vão ser julgados improcedentes, pelo fato de as requerentes não atenderem aos critérios para a concessão do auxílio.

INFORMAÇÕES

Tribunal de Justiça encaminha respostas ao CNJ sobre relatório de inspeção

O presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), desembargador Ernani Barreira Porto, encaminhou no último dia 17 de março, ao corregedor nacional de Justiça, ministro Gilson Dipp, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), informações referentes ao relatório de inspeção realizado na Justiça estadual. A inspeção aconteceu no período de 31 de agosto a 04 de setembro de 2009.

Com relação às observações a respeito de morosidade nos julgamentos de processos, o presidente do TJCE especificou as medidas adotadas. "Cumpre destacar, que com o escopo de conferir maior celeridade ao trâmite processual e descongestionar as Varas da Comarca da Capital e do Interior, bem como os Gabinetes do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, foi editada a Lei nº 14.407/2009, que criou 16 novos cargos de Desembargador no TJCE e 105 novos cargos de Magistrados e 70 novas Varas".

O desembargador Ernani Barreira esclareceu que as novas Varas vão ser distribuídas de acordo com os critérios técnicos obtidos através de convênio com a Universidade Estadual do Ceará, de forma que serão alocadas, em Fortaleza, 40 novas unidades judiciárias, divididas entre as diversas especialidades, como Família, Fazenda Pública e Juizados Especiais, além de cinco Varas em Caucaia, duas em Sobral e uma no Crato, entre outras.

Ele explicou que também houve a criação do Projeto de Inovação e Modernização do Poder Judiciário, a partir do qual haverá a adoção do processo eletrônico em todas as unidades judiciais do Estado, bem como de toda a seara administrativa do TJCE. Entre os benefícios esperados pelo Projeto, e que decorrem da modernização do Tribunal estão: ganhos de produtividade e celeridade pela eliminação do papel, redução de custos operacionais e de insumos empregados para materializar os processos judiciais, fomentar e desenvolver a filosofia de trabalho cooperativo entre magistrados, serventuários e demais operadores do Direito.

De acordo com o presidente do TJCE, a iniciativa para a informatização permitirá que os processos judiciais, hoje morosos e exclusivamente dependentes do meio físico, com enorme burocracia e grande dispêndio de recursos materiais e humanos, tramitem em menor tempo, com custos reduzidos.

"O Poder Judiciário estadual, os serventuários e magistrados, os advogados e a população em geral certamente irão perceber uma grande mudança, em termos qualitativos, uma vez que o Tribunal de Justiça dará um salto de produtividade e efetividade a partir da opção pela modernização", destacou o desembargador Ernani Barreira.

HOMENAGEM

Dia Internacional da Mulher é comemorado no TJCE

Um grupo formado por desembargadoras, esposas de desembargadores e assessoras do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE) se reuniu para comemorar o Dia Internacional da Mulher a convite de Monique Gurgel, esposa do presidente do TJCE, desembargador Ernani Barreira Porto.

A tarde festiva no dia 8 de março contou com as presenças das desembargadoras Nailde Pinheiro Nogueira, Sérgia Miranda, Edite Bringel Olinda Alencar, Vera Lúcia Correia Lima, Maria Iracema do Vale Holanda e Maria Estela Aragão Brilhante.

Também estiveram presentes Angélica Mendes Bezerra, Lúcia Gurgel, Luíza de Marillac, Fátima Mota, Érika Rodrigues, Emília Lira, Ivone Correia, Veleda Bastos, Aparecida Fontenele, Denise Oliveira, Lourdinha Rodrigues, Érica Feijó, Elaine Barros e Domênica Guimarães.

O evento foi organizado por Alessandra Aragão, assessora de cerimonial, e pela assistente Rafaella Magalhães Pinto. Contou com o acompanhamento musical de Evandro Nunes, no órgão, e Jerusa Melo, no vocal.

Irailton Menezes/TJCE

Monique Gurgel anfitrionou o evento

NOTAS

Manoel Cefas é nomeado desembargador

O juiz Manoel Cefas Fonteles Tomaz foi nomeado, pelo critério de antiguidade, para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE). A nomeação foi aprovada pelo Pleno de 25 de março deste ano e publicada no Diário da Justiça do mesmo dia.

O magistrado vai ocupar o cargo vago com a aposentadoria voluntária da desembargadora Maria Sirene de Sousa Sobreira. Ele, que é primeiro da relação da 1ª quinta parte da Lista de Antiguidade, tem 31 anos de magistratura. Sua nomeação como Juiz Substituto ocorreu em 8 de maio de 1979.

Com a posse do desembargador, que deve acontecer na primeira quinzena de abril, o TJCE passará a ser integrado por 34 membros.

2ª Câmara Criminal

Depois de 42 anos dedicados à Justiça cearense, a desembargadora Maria Sirene de Sousa Sobreira se aposentou, a partir de 1º de março de 2010, voluntariamente e por tempo de contribuição.

Com a aposentadoria da magistrada, o desembargador Raimundo Eymard Ribeiro de Amoreira assumiu, no último dia 8 de março, a presidência da 2ª Câmara Criminal.

Natural de Pacatuba, a desembargadora ingressou na magistratura em 1968. Antes de chegar à Justiça de 2º Grau, passou pelas Comarcas de Pedra Branca, Viçosa do Ceará, Caucaia, Morada Nova e Fortaleza. Também respondeu pelas Comarcas de Tianguá, Itapajé, São Gonçalo do Amarante, Lavras da Mangabeira, Ipaumirim e Aurora.

A vaga para o cargo de desembargador que sucederá Sirene Sobreira foi classificada pelo critério de antiguidade, conforme a Portaria nº 307, de 8 de março de 2010, assinada pelo presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), desembargador Ernani Barreira Porto.

Irailton Menezes/TJCE

Juiz Manoel Cefas

Semana Municipal da Conciliação

A 1ª Semana Municipal da Conciliação, realizada pela Comarca de Acaraú, distante 255 km de Fortaleza, resultou no percentual de 87,5% dos acordos. As audiências foram realizadas no período de 1º a 3 de março deste ano.

O juiz César de Barros Lima, titular da Comarca, informou que foram designadas 41 audiências de conciliação. Desse número, 24 foram efetivamente realizadas e obtidos 21 acordos.

A 2ª Semana da Conciliação está programada para o período de 5 a 8 de abril. As audiências vão ocorrer em datas específicas, de março a novembro de 2010, independente das ações de conciliação promovidas pelo Tribunal de Justiça do Ceará e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

As audiências acontecem no Fórum da Comarca, das 8 às 18 horas, com a participação do juiz, de três conciliadores, do defensor e do promotor de Justiça, além de advogados.

As Semanas Municipais da Conciliação, em Acaraú, foram instituídas pela Portaria nº 002/2010, publicada no Diário da Justiça do dia 12 de fevereiro deste ano. O objetivo é garantir que a prestação jurisdicional seja mais rápida e com menores custos.

Além disso, leva em consideração que a conciliação tem se mostrado uma prática capaz de resolver os litígios processuais de forma mais benéfica.

Guia sobre Lei Maria da Penha

O Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher lançou, no dia 14 de janeiro deste ano, guia prático sobre a Lei Maria da Penha, com orientações destinadas aos homens.

O material, elaborado pela juíza Rosa Mendonça, titular do Juizado, teve a colaboração da psicopedagoga Raieliza Camelo Maia Lôbo e da advogada Aline Monteiro de Freitas Menezes.

Com o slogan "Homens – este é o verdadeiro gol de placa: não violência à Mulher", o texto traz jargões do futebol para facilitar a compreensão dos termos jurídicos da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006).

Segundo a idealizadora do projeto, o objetivo é divulgar e prevenir a violência contra a mulher, através da conscientização e da abordagem aos homens. "Queremos atrair a atenção do homem, principalmente torcedores, através de sua paixão pelo futebol", enfatiza Rosa Mendonça.

A magistrada considera ainda que a Lei "tem um caráter social muito grande e não é apenas punitiva: tem a parte de educação e prevenção, que os homens precisam conhecer".

O Juizado firmou parceria com a Federação Cearense de Futebol para divulgar o guia durante os jogos da 1ª e 2ª divisões do Campeonato Cearense.

Casa de Justiça e Cidadania

A Casa de Justiça e Cidadania do Ceará foi inaugurada no dia 8 de março de 2010 no Fórum Autran Nunes, do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (TRT), no Centro de Fortaleza.

O projeto será instalado em todos os estados brasileiros por iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e, o do Ceará, conta com o apoio do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE). O objetivo é disponibilizar uma rede de serviços que garanta o princípio da cidadania.

A Casa de Justiça e Cidadania cearense está instalada numa área de 300 m2. No local, funciona um posto do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e um balcão de empregos. A população pode, a partir das 8h, tirar a carteira de identidade e o Cadastro de Pessoa Física (CPF), fazer consultas processuais, ter auxílio para petições e reclamações trabalhistas, agendar audiências de conciliação e conseguir informações junto à Defensoria Pública.

O presidente do TJCE, desembargador Ernani Barreira Porto, afirmou que o projeto faz parte de uma série de iniciativas que têm por finalidade aperfeiçoar a prestação jurisdicional. "Há uma preocupação em aproximar a justiça do cidadão, garantindo à população serviços que atendam a seus anseios e deem vazão à demanda".

A ação é fruto da parceria entre o Supremo Tribunal Federal (STF), CNJ, TJCE, TRT, Governo do Estado, Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE/CE), Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF), Prefeitura de Fortaleza, Procuradoria Geral da Justiça do Ceará, Defensoria Pública Geral do Estado, Ordem dos Advogados do Brasil – Secção Ceará (OAB/CE), Câmara Municipal de Fortaleza, Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (Sine/IDT) e Universidade de Fortaleza (Unifor).

Carlos Eugênio/TJCE

Na Casa de Justiça e Cidadania funciona um posto do Juizado da Mulher

Novo secretário de Administração

O administrador de empresas Daniel Coelho Fernandes de Carvalho assumiu o cargo de secretário de Administração do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), em substituição a Eliardo Ximenes Rodrigues. A nomeação foi publicada no Diário da Justiça do último dia 12 de março.

Natural de Fortaleza, Daniel Coelho é formado em Administração de Empresas pela Faculdade 7 de Setembro (Fa7). Antes de assumir o cargo de secretário, era oficial de gabinete da Secretaria de Recursos Humanos e de Gestão do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário (Fermoju). Na iniciativa privada, atuou na área de auditoria contábil e consultoria de organização, sistemas e métodos. Além disso, trabalhou como analista de orçamento em empresa do segmento de telecom/energia.

Irailton Menezes/TJCE

Secretário de Administração Daniel Coelho

Mudanças no Código de Processo Civil

As modificações no Código de Processo Civil (CPC) foram debatidas, no último dia 5 de março, no Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), durante audiência pública promovida pelo Senado Federal. Participaram do evento desembargadores, juízes, advogados, especialistas e demais operadores de Direito de todo o Nordeste.

Fortaleza foi a única cidade do Nordeste a receber a Comissão de Juristas encarregada de elaborar o anteprojeto do novo Código.

O presidente do TJCE, desembargador Ernani Barreira Porto, destacou a necessidade de o novo CPC ser modificado para viabilizar a tramitação dos processos de forma virtual. "Sabemos que a sociedade atual não pode conviver com um Código que não reflita o momento experimentado pela Justiça brasileira: o do processo virtualizado".

O professor José Miguel Garcia Medina, presidente em exercício da Comissão, lembrou que o atual CPC data de 1973 e foi elaborado conforme as necessidades daquela época. "A sociedade se transformou. Precisamos de um Código que seja reajustado à realidade atual".

A Comissão de Juristas é presidida pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Luiz Fux, e a relatora é Teresa Arruda Alvim Wambier.

MULTIMÍDIA

Tribunal de Justiça terá Biblioteca Digital

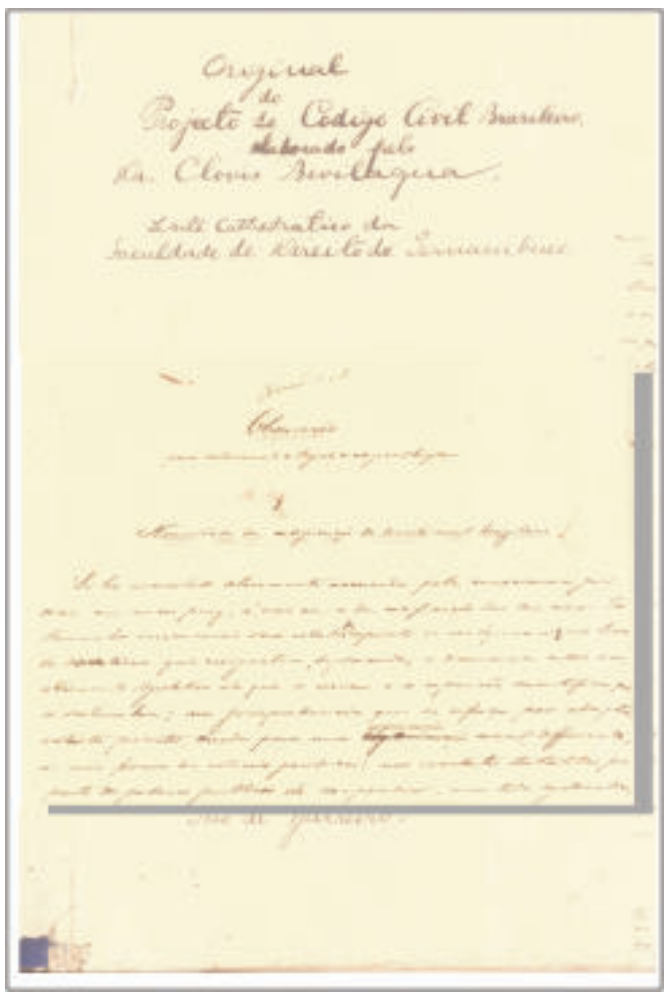
O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) está finalizando o projeto da Biblioteca Digital do Poder Judiciário estadual, que colocará documentos de texto, áudio e vídeo, por meio digital, à disposição dos leitores.

O objetivo é disponibilizar o acesso a documentos do Judiciário e a obras raras, tornando-se referência como fonte de pesquisa na área.

O serviço terá suporte da Biblioteca Digital do Superior Tribunal de Justiça (STJ), âncora do sistema digital. A Biblioteca possibilitará consultas jurídicas e acesso pela internet a partir de qualquer lugar, além de disponibilizar acervo raro.

A Biblioteca Digital ficará disponível na Intranet e no Portal do TJCE na internet. Na página inicial do serviço, os assuntos serão apresentados por coleções como: Atos Administrativos, Centro Cultural, Doutrina, E-Book, Multimídia, Obras Raras, Repertório Institucional do Tribunal de Justiça e Produção Acadêmica.

Na seção Doutrina serão colocadas as decisões do Tribunal Pleno; na Multimídia estarão vídeos, áudio e textos sobre o Judiciário estadual; em Obras Raras será possível consultar documentos históricos, de suma importância, que não podem ser manuseados, como o projeto original do Código Civil elaborado por Clóvis Beviláqua; na coleção Repertório Institucional estarão publicações do TJCE, por exemplo, a Revista de Jurisprudência.



Divulgação

Projeto do Código Civil brasileiro de 1916, uma das 294 obras raras que serão disponibilizadas

Divulgação

Site da Biblioteca Digital do Judiciário

TRIBUNAL PLENO

Des. Ernani Barreira Porto - Presidente
Des. José Arísio Lopes da Costa - Vice-Presidente
Des. João Byron de Figueirêdo Frota - Corregedor Geral da Justiça
Des. Francisco Haroldo Rodrigues de Albuquerque*
Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha
Des. Rômulo Moreira de Deus
Des. Luiz Gerardo de Pontes Brígido
Des. Ademar Mendes Bezerra
Desa. Edite Bringel Olinda Alencar
Desa. Maria Iracema do Vale Holanda
Des. José Mário Dos Martins Coelho
Des. Raimundo Eymard Ribeiro de Amoreira
Des. Antônio Abelardo Benevides Moraes
Des. Francisco de Assis Filgueira Mendes
Des. Lincoln Tavares Dantas
Des. Celso Albuquerque Macêdo
Des. Francisco Lincoln Araújo e Silva
Des. Francisco Sales Neto
Des. Raul Araújo Filho
Desa. Maria Estela Aragão Brilhante
Des. Francisco Gurgel Holanda
Desa. Maria Nailde Pinheiro Nogueira
Des. Haroldo Correia de Oliveira Máximo
Des. Francisco Pedrosa Teixeira
Desa.Vera Lúcia Correia Lima
Des. Francisco Barbosa Filho
Des. Francisco Suenon Bastos Mota
Des. Clécio Aguiar de Magalhães
Des. Francisco Auricélio Pontes
Des. Paulo Camelo Timbó
Des. Emanuel Leite Albuquerque
Desa. Sérgia Maria Mendonça Miranda
Des. Jucid Peixoto do Amaral

* Assumiu temporariamente o cargo de ministro do STJ. Em seu lugar, está respondendo o juiz convocado Inácio de Alencar Cortez Neto.

Francisco José Martins Câmara - **Diretor do Fórum Clóvis Beviláqua**

José Osmar de Oliveira - **Secretário Geral**
Daniel Coelho Fernandes de Carvalho - **Secretário de Administração**
Francisco José Porto Montenegro - **Secretário de Tecnologia da Informação**
Francisco Zacarias Silveira de Araújo - **Secretário Judiciário**
Luís Eduardo Fontenelle Barros - **Secretário de Finanças**
Ramiro Barroso **- Secretário de Recursos Humanos e Gestão do Fermoju**
Hortênsio Augusto Pires Nogueira - **Juiz-Auxiliar da Presidência**
Roberto Nogueira Feijó - **Juiz-Auxiliar da Presidência**
Alexandre Sampaio Guizardi - **Assessor Especial da Presidência**
Francisco Gladstone de Brito Almeida - **Auditor-chefe de Controle Interno**
Luiz Ethevaldo de Albuquerque Guimarães - **Assessor de Planejamento**
Veleda Maria Vieira Bastos - **Consultora Jurídica**
Dalva Regina Luna Queiroz - **Chefe da Assessoria de Comunicação**
Alessandra Bezerra Aragão - **Assessora de Cerimonial**
Augusto Nirlando Monteiro Vieira Major PM - **Assistente Militar**

Expediente

Editores: Regina Luna e Francisco José Rosa
Textos: Luciberto Forte, Edson Gomes, Ícaro Joathan, Diego Silveira e Wânia Caldas
Projeto gráfico: Eduardo Torres e Nadson Fernandes
Fotografias: Irailton Menezes e Carlos Eugênio

Assessoria de Comunicação do Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Ceará
Tel.: (85) 3216.2847/2531 Fax: (85) 3216.2512
E-mail: imprensa@tjce.jus.br
Av. Gal. Afonso Lima S/N - Centro Administrativo
Cambeba - Fortaleza-CE
CEP: 60.830-120

Impresso no Parque Gráfico do Tribunal de Justiça